





Revista Perspectivas Online: Humanas e Sociais Aplicadas Anais do VII Congresso Internacional do Conhecimento Científico VI Seminário P&D PROVIC/PIBIC Vol. 11, nº 32, Suplemento, 2021

Políticas públicas para população em situação de rua e a garantia do mínimo existencial

<u>Bruna Nunes Vasconcelos</u>¹"Manoela Nunes Machado², Juliana Landim Gomes Siqueira³

(1) Aluna Voluntária de Iniciação Científica do PROVIC/ ISECENSA — Curso de Direito; (2) Aluna Voluntária de Iniciação Científica do PROVIC/ ISECENSA — Curso de Direito; (3) Pesquisadora Orientadora - Laboratório de Pesquisa em Direito, Sociedade e Economia — LAPESDISE/ISECENSA — Curso de Direito - Institutos Superiores de Ensino do CENSA — ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

A Constituição Federal de 1988 possui em seu corpo os chamados direitos de segunda dimensão que visam garantir a dignidade da pessoa humana. Entretanto, se tratando da população em situação de rua, o alcance a esses direitos, na prática, é distante ou inexistente. A ausência de dados censitários oficiais dificulta a ação do Estado na elaboração de políticas públicas eficazes e direcionadas para a solução dos diversos problemas enfrentados pelos indivíduos que vivem nas ruas, sem garantia do mínimo existencial. Diante desse cenário, tem-se como objetivo investigar o desenvolvimento, elaboração e implementação de políticas públicas no município de Campos dos Goytacazes para a população em situação de rua que visam resguardar o conjunto mínimo de direitos para se ter uma vida digna, reafirmando a importância das políticas existentes ou indicando a necessidade de reformulação ou da adoção de outras medidas que garantam o mínimo previsto do texto constitucional. Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos partirão de um levantamento bibliográfico, longitudinal, descritivo; análise legislativa e jurisprudencial sobre o tema além de uma abordagem qualitativa e quantitativa, mediante coleta de dados primários e secundários na Secretaria de Desenvolvimento Humano e Centro Pop, trançando um perfil da população em situação de rua no município estudado. Busca-se com a presente pesquisa sistematizar o referencial teórico e a as ações do Estado através de leis, projetos, decretos, portarias sobre a população em situação de rua e a efetivação das políticas públicas como forma de garantir o mínimo existencial; proposição de soluções viáveis a nível municipal para a implementação de politicas públicas eficazes para a multicitada população, e, elaboração de artigo reunindo os resultados alcançados pelos estudos realizados durante o projeto.

Palavras-chave: População em situação de rua, Políticas públicas, Direitos Fundamentais, Mínimo existencial.

Apoio: ISECENSA.